

# Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em Livros Didáticos (2008, 2011 e 2014): a causa Estadunidense enquanto comparação.

Vitor Emanuel Maia Ferreira\*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p197-234

**Resumo:** Partindo das contribuições teóricas de Chartier (1991), Hall (2016) e Ricoeur (2007) acerca do conceito “representação”, o presente trabalho utilizou como objeto 18 volumes de livros didáticos (e cada um destes de uma coleção distinta) aprovados e reeditados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos de 2008, 2011 e 2014 e destinados ao último ano do Ensino Fundamental. Procurou-se identificar nestes os tratos dispensados à experiência afro-brasileira no pós-abolição, especificamente no recorte das atividades do Movimento Negro Contemporâneo aqui por nós entendido como entre 1970 e 2000. Tal adoção temporal se justifica por permitir que outras variantes de resistência sejam identificadas para além do modo institucionalizado que tem seu início marcado tradicionalmente em 1978 com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Ademais, estende-se o recorte de análise dos livros didáticos até 1960. Tal ação se justifica por permitir que nos atentemos para as atividades estadunidenses semelhantes que se intensificam sobretudo nas décadas de 50 e 60 e, assim, apontar de que maneira a narrativa didática a aborda. Concluído tal movimento, torna-se possível sustentar algumas propostas, como: preferências sobre o que é entendido como “movimento social”, o que se desdobra na continuidade de “valores” que eram forçosamente propostos pelo Regime Militar (1964-1985) vigente no período. Assim, pretende-se apontar para a afirmação de que o Movimento Negro Contemporâneo brasileiro carece de maior espaço nas coleções didáticas para que se atribua a luta do Movimento Negro maior sentido de longevidade e continuidade.

**Palavras-Chave:** Democracia Racial; Ensino de História; Livros Didáticos; Movimento Negro Contemporâneo; Pós-Abolição; Representação.

\*Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: vitor1519029@gmail.com

## A Lei 10.639/2003 como produto da “tendência democrática”: um convite a abertura da sociedade e do horizonte da pesquisa histórica.

Homologada no ano de 2003, a lei 10.639, que estabelece como obrigatória a inclusão da História da África e dos Africanos, bem como a luta dos negros no Brasil e a participação do sujeito negro na formação de elementos sociais, econômicos, políticos e culturais pertinentes à História do Brasil, aparece no bojo de uma série de medidas que visavam a construção e, portanto, a efetivação de uma sociedade democrática. No ano seguinte e a fim de que a proposta da citada lei fosse realmente aplicada, temos a elaboração das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, que estabelece eixos pedagógicos para o estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem que fosse de fato etnicamente plural e não mais uma irrefletida adição de uma temática no currículo escolar. Assim o sendo, resultaria a longo prazo na superação efetiva do racismo brasileiro.

Partindo do sentimento de desorientação emergente após dois conflitos mundiais, regimes totalitários, campos de concentrações e a queda do Muro em Berlim representaram desafios e reflexões nunca antes apresentadas na intensidade que a virada para o século XXI apresentou. Com isso, o “horizonte” não dispunha de “pilares” diretivos imediatos (sentidos de orientação) como outrora, o que implica no conceito “tendência democrática” (ABREU, RANGEL, 2015, p.07), (na qual ambas as medidas acima citadas se inserem) e que articula conceitos como “memória”, “cultura histórica” e “ensino de história”.

Assim, a fim de que se superasse essa aparente desorientação, aposta-se no reconhecimento da diferença e da alteridade justamente nos conceitos supracitados. Em outras palavras, no início de um movimento “democratizante”, valores

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

anteriormente fixados coletivamente (nação, identidade e religião, por exemplo) passaram a ser tensionados na tentativa de que se equilibrassem as diferenças que outrora levaram aos traumáticos eventos do século anterior (RÜSEN, 2009, p.171).

O que se pretende aqui é destacar que tendo a lei 10.639/2003 e as “Diretrizes [...]” contemplado pautas que começam a emergir em 1990 e que passaram a tensionar sentidos como “de cultura [...], assim como de identidade e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino” (ABREU, MATTOS, 2008, p.6) em um contexto onde o país caminhava vagarosamente para um processo de redemocratização, constata-se em devida subseção que a abordagem da temática africana e afro-brasileira não figura constantemente como elemento na espacialidade das 18 coleções<sup>1</sup> de livros didáticos analisados. O que permite que apontemos dois elementos: o primeiro é um claro descompasso entre a “legislação” (DCN’s e os Guias do PNLD dos anos de publicação do livro didático) e a prática. Levando assim ao seguinte elemento, que trata da necessidade de realização de pesquisas que levem como preocupação a experiência afro-brasileira e a consideração dos livros didáticos enquanto “fonte histórica”.

Deste modo, o presente trabalho se insere nesta mesma “tendência democrática” e leva como tema a ser pinçado nos livros didáticos um período muito adverso do Movimento Negro que será justificado e melhor explorado em próxima subseção.

**O Movimento Negro Brasileiro em disputa: democracia racial, produção historiográfica e faces do compartilhamento de experiências.**

---

1 A devida citação dos títulos será realizada de maneira apropriada em subseção do trabalho.

Escolher como recorte temporal as atividades do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo nos é caro por dois aspectos distintos: o primeiro reside no fato de que, como aponta Hebe Mattos em abertura da obra: “O mundo Negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil”, percebemos o quanto as “disputas” em torno da memória do movimento, sobre o que ele foi, como se deu e suas características, dificultam a realização de trabalhos que abordem o tema (PEREIRA, 2013, p.21). Assim, tais disputas podem ser abordadas e apresentadas em relação com o segundo aspecto, que é a consideração do contexto autoritário brasileiro da mesma época.

Antes, torna-se necessário realizar uma breve justificativa sobre a periodização do que aqui se entende como Movimento Negro Contemporâneo (1970-1990) e, que destoa da marcação adotada pela historiografia tradicional do tema. Petrônio Domingues propõe que o Movimento se encontra sob essa formatação entre os anos 1978 e 2000, considerando como marco inicial a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 no bojo do reaparecimento de outros movimentos sociais que começavam a se rearticular com o enfraquecimento do Regime Militar (DOMINGUES, 2007, p.117). Entretanto, buscou-se outra marcação por considerarmos que a utilização desta citada baliza “engessa” as possibilidades de análise sobre o tema, pois deixa de lado as formas não institucionalizadas de movimento -- o que pode restringir a atividade de indeterminados atores históricos na época. Ao considerarmos uma definição sobre o que é (e foi) o Movimento Negro, que passa a incluir atividades artísticas, religiosas, desde que “toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (SANTOS, 1994, p.303), podemos incluir como tema da proposta não somente as atividades desenvolvidas pelo MNU, mas também o Centro de Cultura e Arte Negra

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

(1972), Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (1976) e o Movimento Musical “*Black Rio*”, que se populariza no Rio de Janeiro na década de 70 (DOMINGUES, 2007, p. 112) junto com a campanha “Sou Negro” (HANCHARD, 2002, p.79,80) na mesma década e cidade do último, por exemplo. Assim, para que se possibilite uma apreensão plural do que pode ser entendido como “movimento” ou “resistência”, estendemos a definição do Movimento Negro Contemporâneo como sendo iniciado em 1970 até 2000.

Pretendendo realizar uma apresentação do Movimento na época, alguns elementos que o complexificam merecem ser apontados, como a estadia da noção de “democracia racial”; o contexto autoritário de uma Ditadura Militar; e o contato do Movimento Brasileiro com outras correntes filosóficas que levavam em consideração a situação do negro, sobretudo a estadunidense, e que em certa medida atestam a metáfora do “Atlântico Negro” (GILROY, 2001, p.57).

Este movimento reflexivo inicial em que se descreve algumas características do Movimento Negro brasileiro se faz necessário pois indica ao leitor elementos que podem (ou não) ser encontrados no momento de análise dos livros didáticos.

Recuando ao ato de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), podemos entender o instituto como uma tentativa sistematizada para a elaboração de uma “transfiguração identitária” na vida do então negro brasileiro (bem como do indígena). O que merece destaque é a maneira como estas deixaram profundas marcas no pensamento do país. Cabe citar políticas como a ideia de “branqueamento”, citada por João Batista de Lacerda (1912); a “harmonia e igualdade” deduzida por Oliveira Vianna (1922 e 1932) e poucos anos mais tarde, em uma conturbada virada de século, a ainda hoje discutida, “democracia racial”, comumente

associada a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1933), onde o autor “observa o Brasil da varanda da Casa Grande” (NICOLAZZI, 2010, p.268).

O “espectro” dessas políticas que pairaram (e que ainda revoam) sobre a realidade brasileira contribuíram, para além do “enraizamento” dessas proposições, no deslocamento da identidade do indivíduo africano e afro-brasileiro, sendo assim um fator adicional que dificulta a “mobilização” do povo negro do início até a segunda metade do século XX, como bem apontam algumas entrevistas de militantes do Movimento na época colhidas por Verena Alberti e Amílcar Pereira na obra: “Histórias do Movimento Negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC” (ALBERTI, PEREIRA, 2007).

Deste modo, se considerarmos o contexto de opressão característico dos Regimes Ditatoriais Militares, como o vigente no Brasil (1964-1985), encontros entre afro-brasileiros passaram a ser monitorados com cautela por parte dos organismos de espionagem e “segurança” ligados aos militares (GONZALEZ, 1982, p.30 e PEREIRA, 2013, p.138), justamente por serem lidos como movimentos que passaram a visar uma reorganização na sociedade para que se respeitasse devidamente as características culturais particulares do africano e afro-brasileiro.

Portanto, neste período as organizações com maiores dimensões (seja de membros, seja por circulação dos seus ideais, nos meios de comunicação disponíveis na época) eram de difícil estabilidade e, como consequência, o mapeamento póstumo das suas atividades por estudiosos se torna mais árduo. Isto justifica a criação do que mais tarde seria o MNU, em 1978, que teria um papel “centralizador” para assim obter uma melhor estrutura e articulação do Movimento Negro brasileiro. Por isso a importância de trabalhos como o de Amílcar Pereira (2007 e 2013), em que este realiza entrevistas que versam sobre as atividades do Movimento Negro no período

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

ditatorial.

Associados a um discurso que propunha a reformulação das “camadas sociais”, estavam ligados os “dilemas raciais” em um movimento de resposta comum ao Regime Militar (PERREIRA, 2013, p.138). Segundo o documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), do ano de 1978, as “manifestações do racismo negro” se encontravam próximas a documentos de possíveis “ameaças” comunistas (PEREIRA, 2013, p.172). Por dedução, as fantasias de um possível levante comunista e o Movimento Negro Contemporâneo passaram a representar significativas preocupações de um regime que se valeu da “homogeneização” do passado, das culturas e da consideração de uma “coletividade” (ARENDR, 1975, p.362, 363) para governar. Portanto, discutir a questão racial definitivamente não era pauta militar.

Através da realização de entrevistas com participantes do Movimento Negro na segunda metade do século XX, como Frei David e Magno Cruz, Pereira constata a dificuldade de “se identificar como negro” no país, ou como as “categorias de cor”, como o “moreno, “mulatos” ou “pardos” (PEREIRA, 2013, p.107) dificultavam ainda mais o encontro com este “*self*” ou significavam “entraves para a mobilização política daquele segmento da população” (DOMINGUES, 2007, p.116). O intransponível questionamento levantado por Magno Cruz em uma destas entrevistas “o que é ser negro do Brasil?” se materializa.

Tratando da dimensão “transnacional” (LÓPEZ, 2013, p.40) do Movimento e utilizando quadro elaborado por Domingues (2007, p.117, 118,119), temos, muito certamente devido à circulação de ideias entre Brasil e Estados Unidos, a apropriação e adaptação às condições exclusivas do afro-brasileiro do “*Black Power*” no país. Logo, expressões culturais significadas na musicalidade estadunidense (para nos atermos a

este tipo de exemplo) passaram a encontrar “seguidores”. Tal característica pode ser percebida em artistas como Toni Tornado e Wilson Simonal (NAKED, 2012, p.4). A excitação social e cultural como característica dos anos 1960 condicionou tanto a circulação de conteúdos que buscavam a exaltação de ser negro e ao mesmo tempo a denúncia da discriminação sofrida em seus países. Portanto, dedicar parte do presente trabalho para identificar nos livros didáticos a representação do Movimento Negro estadunidense se torna uma preocupação secundária que auxilia na observação das disparidades e semelhanças quando retratadas.

Ao dialogar com artigo escrito por Bordieu e Wacquant (1999), Hanchard refuta o argumento proposto de que apenas categorias como “Estado” e “Cultura Nacional” poderiam servir de objeto estático para análises comparativas, e assim, segundo eles (Bordieu e Wacquant), os demais movimentos que consideravam temáticas raciais eram meramente “exportados” do modelo afro-estadunidense; deste modo, ignoram-se as particularidades do Movimento afro-brasileiro. A discussão levantada por Hanchard nos é cara, pois permite apontar os limites justamente para o “nacional”, que aqui se entende como a condição de experiências particulares dos sujeitos, que foram brevemente expostas no início da presente seção, bem como indicar as contribuições do trânsito filosófico e político dos mesmos no aspecto transnacional ou diaspórico.

Tal indicação fomenta a discussão das táticas utilizadas pelo Movimento Negro Contemporâneo, levando em consideração a habilidade de reinvenção do grupo em contextos adversos (DOMINGUES, 2007, p.122). Isto reitera a necessidade de uma flexibilização da marcação do Movimento Negro Contemporâneo. Essa inovação se dá certamente pelo contato de ideias entre os afro-estadunidenses, afro-brasileiros e africanos, mas longe de como propõe Bordieu e Wacquat, na simples

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

adoção do “modelo” estadunidense.

A metáfora do “Atlântico Negro” proposta por Gilroy (2001) descreve um espaço transnacional de troca (em um amplo sentido) em que sujeitos se relacionavam e eram ligados pela diáspora. Esta múltipla dimensão de intercâmbio, como consequência, alimentou os mais diversos movimentos raciais pelo mundo. A característica da dupla consciência guardada no sujeito faz emergir a questão que se relaciona tanto ao continente africano como ao próprio Brasil (ROSA, 2011, p.20).

Interpretada deste modo, esta metáfora já é suficiente para desmobilizar os argumentos de Bordieu e Wacquat (1999) supracitados. Contudo, e afim de uma melhor organização, serão apontadas algumas das formas como os movimentos específicos dos Estados Unidos e Brasileiro “absorviam” e se comunicavam - deste modo transportando suas estratégias e práticas - e também que ideias eram incorporadas ou rechaçadas, bem como os limites do nacional e transnacionalismo (LÓPEZ, 2013, p.40). Tanto em sua tese de doutoramento, como no livro que se origina desta, Pereira (2010 e 2013) dedica uma seção específica para tratar justamente deste compartilhamento.

Através da circulação dos jornais associados a “imprensa negra”, constitui-se, a partir de 1930, uma instigante circulação de periódicos entre Brasil e Estados Unidos. Em mão dupla, estes auxiliavam no compartilhamento das experiências próprias dos negros nos dois países, bem como sua “visão” um do outro. Como exemplo, Pereira apropria-se do acervo de jornais importantes ainda em atividade, como o *The Baltimore Afro-American* (1896) e *Chicago Defender* (1906) e o brasileiro *Clarim d'Alforada* (1924).

A troca de exemplares do *Chicago Defender* e o Clarim se dá pela passagem em terras brasileiras do então editor do jornal estadunidense, Robert Abbot, que encontrou-se com José Correia Leite, responsável pelo Clarim (PEREIRA, 2013, p.151). Assim, a discussão sobre a pauta do “monumento à Mãe Negra” (importante reivindicação do Movimento Negro brasileiro na época), que viria a ser construído na cidade de São Paulo em 1920, chegou ao conhecimento dos estadunidenses por meio deste trânsito informacional (LEITE, 1992, p.79).

Outro ponto que merece nossa atenção é o levantamento que indica a presença de 61 matérias no *Chicago Defender* no período entre 1914 a 1978 e que sublinhava a “harmonia racial” brasileira (PEREIRA, 2012, p.152). Em outro recorte de análise, levando em conta as publicações do *The Baltimore Afro-American*, no período entre 1940 e 1942, houve 14 reportagens identificadas em que se problematizava a noção de “paraíso racial” (PEREIRA, 2012, p.153).

O que vale ressaltar é o modo como estes Movimentos se influenciavam e trocavam informações e, assim, desenvolviam novas práticas ou aprimoravam as suas próprias. Exemplo disso é que a partir de 1940 (aproximadamente) as visões edênicas sobre o Brasil pelos jornais estadunidenses passaram a ser contestadas, como mostra também matéria do *The Baltimore Afro-American* intitulada: “*Afro man meets Brazil prejudice*” que foi utilizada na seção “O mito debatido (1940-1965), do livro “*African American Reflections on Brazil's Racial Paradise*” (1992) de David Hellwig (PEREIRA, 2012, p.153).

Por sua vez, o *Chicago Defender* em 1935 realçava as atividades do Movimento Negro brasileiro, em sua formatação denominada Frente Negra Brasileira (FNB) (DOMINGUES, 2007, p.121), sendo apresentado como a organização mais poderosa

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

do país, chegando a exercer influência política (PERREIRA, 2013, p.155).

Por outro lado, o Clarim passou a dialogar com Mário Vasconcelos, um erudito das linguagens que passou a introduzir com maior clareza o movimento pan-africanista, relacionado com a “crescente” de Marcus Garvey. Assim, Vasconcelos “traduzia” as informações do movimento estadunidense, e o Clarim passa a ter uma seção intitulada “O Mundo Negro” (LEITE, 1992, p. 77,78,80 e 81), concretizando as “ideias vindas de lá”.

A partir de 1950, com a florescência de manifestações que chamavam atenção para o racismo nos Estados Unidos, em despontam personagens como Luther King, Malcom X e o Partido dos Panteras Negras, e com a dimensão pública que esses movimentos ganhariam, os estadunidenses, segundo registros dos jornais citados anteriormente, parariam de “olhar” para o Brasil para despender maiores energias no processo em andamento no próprio país nas lutas por liberdade nos países africanos (PERREIRA, 2013, p.158).

Os periódicos citados são uma das fontes possíveis que atestam a efetividade da ideia do compartilhamento de experiências entre os Movimentos brasileiros e estadunidense, seja para a “adoção” de certas táticas como o “*The Negro World*” de Garvey no Brasil pelo Clarim; para a divulgação das atividades em torno do monumento “da Mãe Negra”; para a movimentação da Frente Negra Brasileira (FNB), como exposto nos jornais estadunidense; ou também para contestar algumas ideias, como proposições de Garvey que segundo José Leite causaram algum estranhamento e que “ficou restrito” quando recebidas. (LEITE, 1992, p.80).

Dentro destas “dimensões”, local, nacional e transnacional, apontadas por

Hanchard (HANCHARD, 2002, p.80), o Movimento Negro Contemporâneo brasileiro construiu sua identidade. Ao mesmo tempo em que adotou táticas específicas e locais, compartilhava das preocupações transnacionais. Como exemplo, temos o Ilê Aiyê, que, Antonio Santos, um dos fundadores do grupo, em entrevista aponta as “acusações de serem falsos africanos” por desmembrarem a luta política da esfera cultural. Contudo, o mesmo ressalta o ato já político em se fundar um grupo baseado em tal proposta, o que faz com que este entrasse na “esteira” das demais possibilidades de formatação de Movimentos Negros (PEREIRA, 2013, p.222).

Assim, através destas complexas faces, o Movimento Brasileiro que pretendia denunciar o racismo enquanto prática institucionalizada, foi tomando traços que iriam permanecer até hoje (DOMINGUES, 2007, p.116).

### **Sobre os livros didáticos: apresentação aos volumes analisados; apontamentos sobre a rede mercadológica e breve justificativa a respeito da escolha dos objetos utilizados.**

Inicialmente, cabe destacar dois elementos para melhor elucidação e para que se evite repetições no corpo deste texto: todos os volumes analisados são destinados ao último ano do Ensino Fundamental (nono ano) e destinados à disciplina História. O fato de ser quem vos escreve historiador talvez não seja motivo suficiente para justificar a escolha dos livros didáticos da disciplina. A lei 10.639/03 atribui à História (juntamente Educação Artística e Literatura) função medular no exercício de uma educação democrática (MOGILKA, 2003, p.26), apontando a disciplina como uma das responsáveis para a consolidação da cidadania do indivíduo. A respeito da escolha do ano escolar ao qual os livros se destinam, temos o fato de ser o “segmento da educação básica com maior número de estudantes matriculados” (ROZA, 2017, p.15). Ou seja, é onde os livros didáticos mais entram em contato com o seu consumidor

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

final. E como prescreve o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) (1998), é conteúdo obrigatório deste ano abordar o período utilizado aqui como recorte (BRASIL, 1998, p.70).

Ainda antes de apresentar ao leitor os resultados e análises levantadas, uma breve apresentação baseada no Guia do PNLD do ano referente à edição dos títulos será realizada. Isto, na tentativa de conceder uma maior familiaridade do leitor com a estrutura do objeto, seus autores e “valores” embutidos nas coleções.

Referente ao edital do PNLD do ano de 2008, em que foram analisadas quatro coleções, sendo uma delas “História Conceitos e Procedimentos”, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, de responsabilidade da Atual Editora. Nela opta-se pela estruturação do livro por meio de “tópicos” permanentes (como, “O que vamos Estudar? ” e “Conceitos e Noções”), para que estes se articulem na então inovadora proposta pedagógica que condiciona o aluno a construir e reconstruir os conceitos apresentados de maneira independente. E atribuindo ênfase metodológica ao trato com a construção e reconstrução das mesmas conceitualizações.

Em “História em Projetos - a encruzilhada dos mundos: consertos e desconsertos nos séculos XX e XXI” (este que aparece com dois volumes da primeira e segunda edição) de Conceição Oliveira, Carla Miucci e Andrea Paula, da editora Ática, opta-se pelo pressuposto da História Integrada, que faz com que o livro se estruture através de uma “cadeia” temporal e, no meio, atividades dos temas considerados relevantes. As discussões apresentadas enfatizam os valores democráticos e utilizam temas paralelos como ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

Já em “Navegando pela História” de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, distribuído pela Quinteto Editorial, notamos uma estrutura padronizada, ao ver que as atividades (que apostam para exercícios interdisciplinares), imagens e box sempre se articulam em torno do texto principal. A coleção parte também dos pressupostos da História Integrada para organizar de maneira cronológica os temas e “subtemas” apresentados.

E, por fim, “Saber e fazer História”, por Gilberto Cotrim, da Editora Saraiva, que propõe a articulação de elementos da História do Brasil, da América e Geral, de maneira intercalada com títulos e subtítulos dentro destes capítulos. Box e imagens se fazem presentes como “objetos” paralelos ao texto principal. Ao apresentar conteúdos socialmente relevantes, o título busca fomentar e extrair um posicionamento ativo do aluno frente a narrativa proposta.

Referente ao edital do PNLD do ano de 2011, foram submetidas à análise quatro coleções, sendo: “História, Sociedade e Cidadania”, da editora FTD e autoria de Alfredo Boulos Júnior, nesta busca-se a evidência dos valores de se viver democraticamente e questões ligadas a direitos humanos. Sua estrutura se dá pela presença de imagens e alguns questionamentos através de textos introdutórios relacionados com o capítulo a ser desenvolvido.

Também “Novo História - conceitos e procedimentos” de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, da Atual Editora. O título parte e busca evidenciar a concepção da História Integrada, ao apontar experiências do vivido, do cotidiano (sobretudo nas atividades), a fim de evidenciar as renovações historiográficas ocorridas sobretudo no século XX e a coexistência de temporalidades nos processos narrados.

Em “Para entender a História” de Divalte Figueira e João Vargas, de

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

responsabilidade editorial da Saraiva, que parte também da perspectiva da História Integrada e intercala a experiência brasileira sobretudo com a europeia e a latino-americana, em uma visão mais focalizada na “estrutura de classes” das sociedades.

Já em “Saber e fazer História” de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, estrutura-se os textos de maneira cronológica e demasiadamente factualista; enfatizando a organização das estruturas políticas e econômicas.

Por fim, “Vontade de saber História” de Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, da editora FTD. Estruturado a partir da cronologia da História Ocidental, o livro faz inserções de elementos díspares a esta história. Enfatiza-se o caráter social na construção do conhecimento e o aspecto das interações na elaboração deste.

Por fim, no PNLD de 2014, trataremos do volume “Encontros com a História” da editora Positivo, de Vanise Ribeiro e Carla Anastasia. O título se articula de maneira linear e cronológica, relacionando nesse traçado elementos da história do Brasil e Geral e centralizando processos políticos sem deixar, contudo, de apresentar novos atores e vertentes historiográficas recentes.

No volume “Estudar História - das origens do homem à era digital”, de autoria de Patrícia Braick, da editora Moderna, opta-se pela concepção da História Integrada, com destaque para a apresentação da história política e social de sociedades díspares da europeia. Destaca-se também, por vezes, elementos da “vida prática” dos indivíduos que se relacionam com os temas expostos.

No título “Projeto Araribá - História” da editora Moderna, que conta como editora chefe Maria Apolinário, parte-se de uma estrutura cronológica linear que conta como referência a “História Europeia” com intervalos de elementos da “História

do Brasil”, o que permite a apreensão de semelhanças e diferenças entre os processos europeus e brasileiros. Ressalta-se também a abordagem sobre temáticas africanas e asiáticas.

“Para viver Juntos - História”, de Ana Nemi e Anderson dos Reis, da Edições SM, parte para uma abordagem cronológica linear referenciada no tempo europeu, com intervenções de elementos da História do Brasil, da África e Ásia; contudo, busca propor que os eventos, mesmo ocorridos em espaços geográficos diferentes, podem (ou não) se articular de maneira simultânea.

Já em “Jogo da História nos dias de hoje”, de Flávio Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, da editora Leya, privilegiam-se aspectos cronológicos para enfatizar um “efeito processual” e de longa duração. Neste também se intercalam aspectos da História Geral (europeia), e elementos da História do Brasil, África e Ásia.

No volume “Saber e fazer História”, de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, opta-se por uma abordagem linear, que enfatiza as estruturas políticas, intercalando temáticas da História Geral e com elementos da História do Brasil e da América.

“História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD, parte da noção de História Integrada e se organiza por meio de um quadro cronológico linear, em que evidencia-se o “debate” entre aspectos do nacional com o internacional dentro de uma abordagem historiográfica recente.

No último volume abordado, “Vontade de Saber História”, de Marco Pellegrini, Adriana Dias e Keila Grinberg, da editora FTD, adota-se a concepção da História Integrada, que alterna elementos da História Geral (baseada na europeia) com temas específicos da História do Brasil.

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

Expôr de maneira breve a forma como o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD)<sup>2</sup> opera também se apresenta como ação necessária, pois dá ao leitor dimensão do entorno do objeto. Este programa (PNLD) é vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que coordena a compra e distribuição dos livros didáticos através da abertura de um edital de chamada. Em um segundo momento, as coleções submetidas pelas editoras são avaliadas por uma “banca”. Esta avaliação é disponibilizada no formato de Guias para as Escolas e através destes, o corpo docente realiza a escolha e o pedido. Por fim, os livros são distribuídos pelos Correios através de recursos do FNDE.

Ocorrendo em “ciclos”, o PNLD realiza a troca dos livros (e materiais didáticos) de três em três anos, considerando os três ciclos de ensino previstos (básico, fundamental e médio). Deste modo, as obras do edital do ano de 2008 foram as primeiras destinadas ao Ensino Fundamental após a Lei 10.639/03, o que faz destas coleções um importante “termômetro”. A sequência escolhida (2011 e 2014) permite ainda perceber de que maneira as coleções submetidas em 2008 se modificam, atualizam entre um edital de abertura e outro e verificar se o critério estabelecido no ano referente impõe outros tratos com a temática. Permite perceber, também, de que maneira as obras “novas” (que não foram submetidas no edital de 2008) abordam, e se “renovam”, a temática afro-brasileira.

Ademais, aponta-se o fato de que não foi possível realizar a análise integral das coleções aprovadas nos editais dos anos supracitados. Infelizmente, pesquisas que envolvem livros didáticos lidam com a dificuldade de adquiri-los -- sobretudo os mais recentes, que são vendidos a preços elevados pela internet. O presente trabalho

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do “Portal do Mec” na aba destinada ao PNLD. Para eventuais consultar ver em: < <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso: 14/01/2020.

utilizou de doações de outros professores, pesquisadores e bibliotecários para capitalizar um acervo de 18 coleções, que por sua vez possibilitou perceber a diversidade de tratamentos que o tema pode receber em coleções diferentes (do mesmo ano ou não). Ainda que não sendo integral, serve bem para um panorama da temática nas coleções didáticas nacionais, pois considera o livro didático como objeto volátil. É ao mesmo tempo fonte histórica, item da esfera pública (pois seu conteúdo resguarda “valores” do “coletivo”) e mercadoria. O autor reconhece a necessidade de um “escaneamento” integral para que se atribua ainda mais rigidez as propostas aqui levantadas. E tal ato será realizado em um próximo passo da presente pesquisa, indubitavelmente.

### **O Movimento Negro Estadunidense: preferências**

Das 18 coleções submetidas à análise, 14 representam o Movimento estadunidense. Em oposição, não necessariamente nestes exatos 14 títulos representam o Movimento brasileiro e ignoram, como exposto, as assimilações entre estes. Deste modo, fica implícito nos títulos analisados determinadas preferências do que se entende por movimento racial. Consideremos alguns contrapontos que esta representação implica na brasileira: a presença de um líder da causa (personificação); o segundo são os textos-base que apontam para a longevidade do racismo nos Estados Unidos (o que em certa medida serve para dar “base” a luta do Movimento) e por fim, a artificialização de um conflito entre os atores da causa.

A figura de Martin Luther King é constante ao se apresentar o tema. Por vezes, a causa aparece exclusivamente associada à sua figura. Destas 14 coleções, 7 apresentam sua representação isoladamente. Ao contrário, os outros personagens como Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras não são representados sozinhos, o

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

que permite a leitura que apenas a partir das atividades de Luther King foram possíveis outras abordagens de militância, o que é não é verdadeiro (AMARAL; PINHO; NASCIMENTO, 2014, p.186).

Dois momentos marcam esta personificação em Luther King. O boicote liderado por este a partir do ocorrido com Rosa Parks em 1955 na cidade de Montgomery, sendo apontado frequentemente como contextualização que faz emergir sua liderança.



(OLIVEIRA, MIUCCI, PAULA, 2007, p.190)

O “caso” Rosa Parks é representado como o início de uma série de disputas jurídicas e públicas que considerariam questões em torno do africano e afro-estadunidense. Estes debates, segundo a narrativa proposta pelas 7 coleções de livros didáticos mencionadas inicialmente, resultam em vitórias imediatas, como a Lei dos Direitos Civis do ano de 1964 (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012, p.254), e que a

longo prazo resultariam na eleição do primeiro presidente negro da história do país (OLIVEIRA, MIUCCI, PAULA, 2009, p.188).

Outro elemento que reafirma a noção de personificação em King é o seu famoso discurso "*I have a dream*" proferido em agosto de 1963 em Washington D.C. No título "Para viver Juntos - História" (NEMI, REIS, 2012), temos uma seção especial dedicada a reprodução de parte deste discurso (NEMI, REIS, 2012, p.130).

Em contraponto, e a título de conclusão deste aspecto sobre o Movimento Negro Estadunidense, percebemos uma disparidade representativa entre as causas (brasileira e a citada). As "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana", contudo, estabelecem na seção "Ações educativas de combate ao racismo e as discriminações" (BRASIL, 2004, p.19) eixos para o ensino da cultura africana e afro-brasileira nos apresentando como importante marco inicial o Quilombo dos Palmares e seus remanescentes, porém, tal elemento não é representado quando trata-se da luta africana e afro-brasileira; aparece em somente uma coleção (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012).

Ainda temos a presença de um importante recurso narrativo nos livros didáticos, que servem para atribuir a noção de "profundidade" nas disputas raciais. Me refiro à presença de textos-base que exemplificam e explicitam a longa presença de um racismo enquanto política pública. Deste modo, tais textos servem como contextualização para o leitor da causa estadunidense. Como exemplo específico, o título "Novo História - Conceitos e Procedimentos" (DREGUER, TOLEDO, 2009) em que este "texto introdutório" nos é apresentado de explicitamente.

Como parte integrante do capítulo "Movimentos de contestação nas décadas

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

de 1960 e 1970”, temos o subtítulo “O preconceito racial nos Estados Unidos”, que serve como contextualização do tema da próxima subseção, que irá discorrer sobre “Luther King e o pacifismo”. No primeiro texto-base, discorre-se sobre alguns traços institucionais presentes no governo estadunidense, sendo expostas políticas como o *“separate but equals”*, que “institui a segregação racial, determinando que brancos e negros ocupassem espaços separados nos meios de transporte e locais públicos e frequentassem escolas diferentes” (DREGUER, TOLEDO, 2009, p.179) e que se estendem para relações de trabalho, onde negros ganhavam menos que brancos.

É interessante notar que a presença de ações políticas explicitamente racistas nos Estados Unidos (como a segregação de escolas e outros lugares públicos) facilita a presença de textos-base “contextualizadores” como os descritos, ao contrário do que houve no Brasil após o ato da Abolição em 1888. Portanto, a estadia da “democracia racial”, encobre a práticas veladas de um racismo cruel, produzindo camadas como as “categorias de cor”: “moreno, “mulatos”ou “pardos” - como breve exemplo (PEREIRA, 2013, p.107) - e que resultariam na visão do Brasil edênico para os negros como noticiado em jornais como o *The Baltimore Afro-American* (1896) e *Chicago Defender* (1906) (PEREIRA, 2013, p.153).

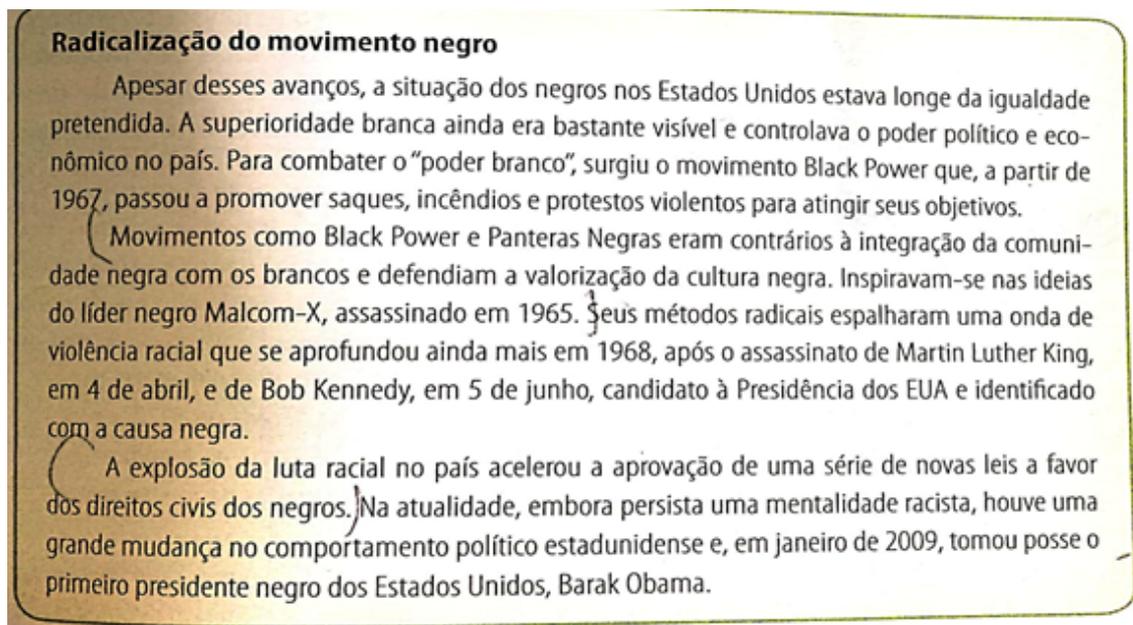
O último aspecto é a artificialização de uma oposição entre os principais atores da causa. Como já apresentado nesta subseção, Martin Luther King é apresentado em maior ocorrência do que Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. Recorrendo a Stuart Hall, que nos presenteia com o conceito de representação, porém relacionando-o com uma ideia racial, podemos perceber o quanto esta apresentação faz parte da construção social que é reforçada pelos dispositivos midiáticos ao longo do tempo (HALL, 2016, p.12). Assim, a estratificação do “lugar do negro” se consolida

no ideário, e segundo ele, temos a “estereotipagem como prática representacional” (HALL, 2016, p.224). Podemos apontar como preferência nos livros didáticos a associação entre esta causa e ideais “pacifistas”.

Associado ao caso Rosa Parks, como já exposto, King emerge como importante figura de liderança segundo “História - Sociedade e Cidadania” (BOULOS JÚNIOR, 2012), e que ainda “comandou uma campanha nacional de protestos pacíficos; a principal tática de luta [...] era o *sit-in*, isto é, os ativistas negros entravam em lugares reservados a brancos [...] e sentavam-se no chão, de onde, sem revidar agressões e xingamentos, negavam-se a sair (BOULOS JÚNIOR, p.223). Ou ainda em “Projeto Araribá - História” (APOLINÁRIO, 2010), temos associação de dois personagens “King, inspirado pelas ideias de não violência de Mahatma Gandhi, tornou-se líder do movimento pelos direitos civis em todo país” (APOLINÁRIO, 2010, p.181).

Deste modo, a personalidade de King e seus ideais são pintados como ordeiros, contradizendo as estratégias adotadas por Malcolm X e o Partido. Ainda na coleção e página supracitadas: “Outra vertente da luta dos negros foi a do grupo armado Panteras Negras, que propunha o poder negro (*Black Power*) por meio da violência” (APOLINÁRIO, 2010, p.181). As passagens utilizadas explicitam o “sentido” que estas narrativas pretendem propor ao seu usuário. Deixando pouco espaço para interpretações destoantes, o que mais uma vez reduz e polariza a atuação destes sujeitos em seu contexto.

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)



(ANASTASIA, RIBEIRO, 2012, p.167)

No trecho retirado da coleção “Encontros com a História” (ANASTASIA, RIBEIRO, 2012), denota-se o alastramento do aspecto violento do movimento como uma reação ao assassinato de importantes líderes (Malcolm X em 1965 e King em 1968). Isto não é apontado quando Malcolm é apresentado, dando a sensação de que ele incitava a violência: “passou a promover saques, incêndios e protestos violentos para atingir seus objetivos” (ANASTASIA, RIBEIRO, 2012, p.167). Portanto, vemos a estratificação do ideário representativo do negro na polarização entre o negro “violento” e o “bom” (HALL, 2016, p.224). Se pensarmos de maneira quantitativa, temos em constância a imagem de King (em 14 coleções), Malcolm X (em 8 coleções) e o Partido dos Panteras Negras (em 4 coleções). A disparidade numérica na presença destes indica preferências na ideia de “movimento social” a serem enquadradas na estratificação representativa proposta por Hall.

As estratégias adotadas por todos estes atores citados, por mais diversas que

sejam, contribuíram para a melhoria da vida dos afro-estadunidense em alguma medida. Não cabe, portanto, à narrativa do livro didático criar esta polarização artificial entre estas lideranças.

### **Movimento Negro Brasileiro Contemporâneo: omissões**

Após a realização de uma apresentação, eixos reflexivos são traçados de maneira simultânea: inicialmente, os principais personagens associados ao Movimento; se representados de maneira isolada em relação aos demais movimentos que se organizavam na mesma época no país; elementos que indicam o contato com outras correntes filosóficas, políticas e culturais que também levavam em consideração a questão do racismo (nos Estados Unidos especificamente).

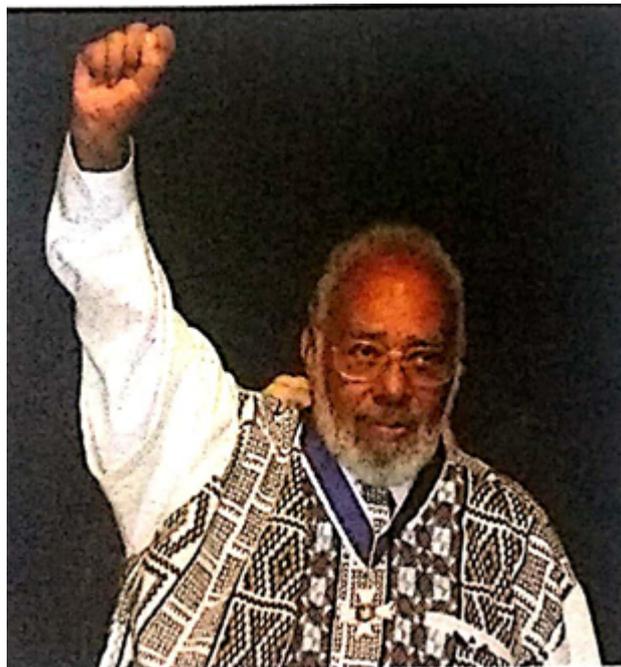
Antes de desenvolver estas reflexões, vale realçar que das 18 coleções, apenas 3 destas fazem menções específicas ao Movimento Negro Contemporâneo, sendo elas: “Jogo da História nos dias de hoje” (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012), “Novo História -conceitos e procedimentos” (DREGUER, TOLEDO, 2009) e “Vontade de Saber História” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009).

Tendo sido importante articulador e representante da causa sob a formatação da segunda “fase” (1945-1964) do Movimento Negro onde destoam as atividades do Teatro Experimental Negro (TEN), criado no Rio de Janeiro em 1944 (DOMINGUES, 2007, p.109), Abdias Nascimento recebe atenção destas coleções. O texto-base que é ilustrado por ele em “Jogo da História nos dias de hoje” (CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012), dentro do capítulo “A era da contestação”, acompanha e descreve a profunda trajetória do militante.

O citado texto-base menciona as atividades do Movimento Negro Brasileiro

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

desde sob o signo da Frente Negra Brasileira (FNB), instituída em 1931 e a criação da Associação Cultural do Negro (ACN) de 1954. Como já citado, o texto-base inclui menção ao duro golpe representado pela ascensão militar em 1964 e descrito por Lélia Gonzalez (GONZALEZ, 1982, p.30). Aponta também que apenas após 1975 o Movimento voltou a se rearticular, difundindo então entidades que consideravam a causa negra brasileira, como o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, o Centro de Cultura e Arte Negra e o Instituto de Pesquisa Negra (IPCN) e mais tarde, a institucionalização do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. O texto-base indica, portanto, claro compasso entre as recentes discussões, podendo assim ser possível identificar traços dos estudos utilizados no presente trabalho como referencial.



(CAMPOS, CLARO, DOLHNIKOFF, 2012, p.258)

Identificar no texto-base a presença de datações de importantes marcos do Movimento Negro Brasileiro se constitui como elemento importante na narrativa do

livro didático, pois na falta de textos que apresentem a longa caminhada de preconceitos infligidos sob a população africana e afro-brasileira, as datas demonstraram o quão longo este tema se faz como pauta social e cultural, indo contra a noção artificial de “democracia racial”.

Já na coleção “Novo História - conceitos e procedimentos” (DREGUER, TOLEDO, 2009), ressalta-se o desejo de homogeneização cultural através da força e na crença do conceito citado acima, imposto pela Ditadura Militar Brasileira. Segundo o texto-base de parte do capítulo “Brasil: Ditadura e resistência”, “os que procuravam discutir o tema da discriminação ou do preconceito eram censurados e tachados de “impatrióticos” pelo regime (p.196). Assim, os ativistas da época buscavam realizar encontros nas casas uns dos outros a fim de trocarem referências.

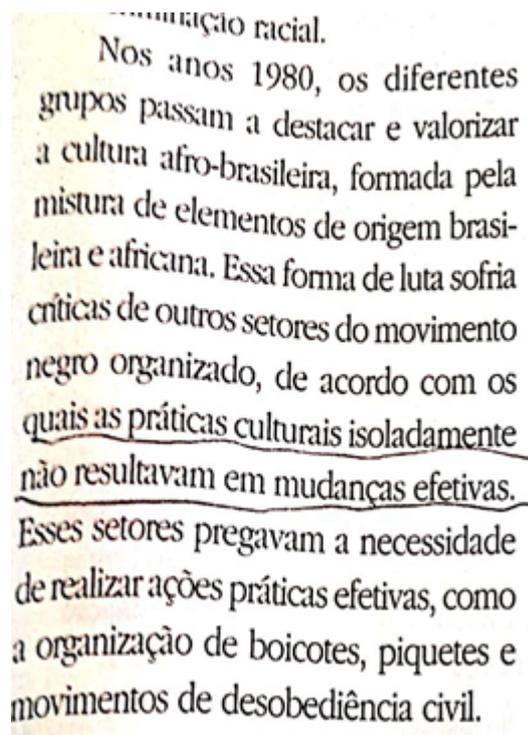
Ainda no mesmo texto-base, aponta-se para tentativas de rearticulação do Movimento através da criação do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) em 1975. Os responsáveis pelo Instituto “defendiam a utilização das estratégias dos ativistas norte-americanos” (DREGUER, TOLEDO, 2009, p.196). Podemos apontar dois elementos que se associam com o referencial teórico aqui utilizado. Primeiro, temos a exemplificação da metáfora do “Atlântico Negro” (GILROY, 2001), onde as lutas raciais estadunidense e brasileira encontraram um referencial comum a ser compartilhado, reforçando o traço transnacional destas disputas. Outro elemento é a aplicação da crítica elaborada por Hanchard (2002), que constitui um argumento que desarticula a ideia de Bourdieu e Wacquant de que os movimentos por igualdade que não os estadunidenses eram meros receptáculos de estratégias.

O texto apresenta a reorganização do Movimento Negro brasileiro como consequência da retomada das manifestações contra o Regime. Mesmo não citando

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

os movimentos culturais, estudantis e sindicais, o Movimento Negro é colocado de maneira implícita nesta “corrente” de abertura iniciada em 1974 (GASPARI, 2004, p.21) na qual os movimentos se rearticulam.

Por fim, o texto apresenta as disparidades ideológicas por parte dos integrantes:



...inação racial.  
Nos anos 1980, os diferentes grupos passam a destacar e valorizar a cultura afro-brasileira, formada pela mistura de elementos de origem brasileira e africana. Essa forma de luta sofria críticas de outros setores do movimento negro organizado, de acordo com os quais as práticas culturais isoladamente não resultavam em mudanças efetivas. Esses setores pregavam a necessidade de realizar ações práticas efetivas, como a organização de boicotes, piquetes e movimentos de desobediência civil.

(DREGUER, TOLEDO, 2009, p.196)

Por mais que a menção do trecho apresentado seja em demasia imprecisa ao se referir a grupos que passaram a apostar na valorização de elementos culturais da cultura afro-brasileira, podemos levantar a interpretação das diversas formas adotadas pelo Movimento Negro Brasileiro de se alcançar seus objetivos. Como o movimento *Black Rio*, que adotou elementos da música *soul* estadunidense para produzir uma música brasileira (DOMINGUES, 2007) ou o Bloco do Ilê Aiyê, que foi

criticado por seu método de resistência focado no sentido cultural (PEREIRA, 2010, p.168). Assim, o texto-base fica aberto para que se explore o contexto plural do Movimento Negro brasileiro e diálogos com a definição proposta por Joel Rufino dos Santos, que nos apresenta a presença de duas definições para o Movimento Negro brasileiro: a primeira, em seu sentido mais limitado, ou “exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo” (SANTOS, 1994, p.287). E a segunda, mais abrangente, que inclui atividades artísticas, religiosas, armada e etc, desde que “toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro” (SANTOS, 1994, p.303).

Na última coleção, “Vontade de Saber História” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009), temos uma breve menção ao Movimento brasileiro em uma seção especial contida no capítulo “O mundo durante a Guerra Fria”, em subtítulo destinado a tratar dos “Movimentos de contestação”. No box, traça-se o paralelo da tendência rebelde iniciada nos anos 1960 e 1970 (onde se destaca as manifestações de maio de 1968 na França) nos países europeus, e a realidade brasileira, apontando para o contexto da ditadura militar que reprimia as disparidades ideológicas e citando as publicações de Luiz Carlos Maciel no jornal “O Pasquim”.

Ainda no texto apresentado, no início da década de 1970, “outro movimento contracultural ganhou força no Brasil: o chamado Movimento Negro, que procurou organizar a comunidade negra brasileira para lutar contra o racismo” (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI, 2009, p.146). Se associarmos esta breve menção em uma linha da box ao texto-base apresentado anteriormente, percebemos o quanto a narrativa da box vai de encontro com “as táticas” que não acreditavam em uma assimilação entre elementos de ambas as culturas. Deste modo, ao enquadrar o

## Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

Movimento Negro brasileiro no campo da contracultura, podemos apontar um diálogo com a proposição de reformulação da sociedade inspirado nas pautas de Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras expostas em anterior subtítulo, o que possibilita ressaltar novamente a troca de referências entre os ativistas.

### Considerações finais

A "tendência democrática" no campo político resulta em ações que pretendiam, dentre outras coisas, pluralizar o Ensino de História em sua prática, sendo antiga pauta do Movimento Negro brasileiro consciente da importância de uma Educação emancipadora (GOMES, 2012, p.728). Se reconhece através desta análise que os livros didáticos a partir da Lei 10.639/03 passam a abordar (mesmo que insuficientemente, considerando que o tema deveria estar em todas as coleções, e não em 14 das 18 analisadas) as lutas raciais -- seja no Estados Unidos ou no Brasil.

Como se viu, a narrativa dos livros tende a uma militância "mais pacifista" (sendo Luther King ator presente), desprestigiando as táticas tão válidas quanto as adotadas por Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras. Ou seja, mesmo abordando um tema que verse sobre luta antirracista, a narrativa didática encapsula a subjetividade e o lugar de atuação do afro-estadunidense.

Tratando do período de 1970 a 1990 brasileiros, vemos a preferência em apresentar outros movimentos que reaparecem no período de distensão, como o sindical e estudantil. Se a justificativa é que o Movimento negro "não existia" no início de 1970, demonstra-se aqui a definição ampla que inclui suas atividades culturais e religiosas. Por outro lado, temos a conceitualização "institucional" marcada em 1979

com o MNU. Não há, portanto, justificativa “metodológica” para não se representar a luta africana e afro-brasileira. Não se pretende aqui polarizar estas definições, mas demonstrar que elas podem ser complementares quando se pretende tencionar o lugar do Movimento brasileiro na narrativa didática e na memória nacional.

Mas o cerne se encontra nas disparidades entre as representações do Movimento brasileiro e estadunidense.

Primeiro, vemos a maior presença da causa estadunidense do que a nacional, o que pode ser explicado pela continuidade de “valores” pretendidos pelo regime militar. Cito os constantes debates sobre “o milagre econômico” e o suposto “golpe comunista”. No país da “democracia racial”, não é difícil de se crer que pouco se reflita coletivamente sobre a vida do afro-brasileiro no período; tema ainda mais específico.

Segundo, a falta de um “mártir” para a causa brasileira, mesmo com a intensa atividade de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, por exemplo. A História é um dos elementos responsáveis pelo processo de consagrar sujeitos à exaltação (MELO, 2008, p.70). Portanto, cabe à narrativa didática construir estes indivíduos na sua devida importância, da mesma forma como os livros analisados representam Luther King.

Por fim, a ausência de políticas explicitamente racistas no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, é outro elemento que dificulta a evidenciação da causa do Movimento Negro brasileiro em qualquer contexto. Sendo o racismo motivo de mobilização do Movimento, onde sua representação se ancoraria caso não se evidenciasse a crueldade do racismo brasileiro? Portanto, cabe à figura do intelectual (totalidade de atuação) lembrar, inquirir e evidenciar os motivos do Movimento Negro brasileiro.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS LIVROS DIDÁTICOS

ANASTASIA, Carla Maria Junho, RIBEIRO, Vanise. **Encontros com a História**. Ilustrações Jose Luis Juhas [et.al.]. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2012.

APOLINÁRIO, Maria Raquel [editora responsável]. **Projeto Araribá: História**. Org: Editora Moderna. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História - Sociedade & Cidadania, 9º ano**. São Paulo: FTD, 2009.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania – Edição reformulada, 9º ano**. 2.ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRAIK, Patrícia Ramos. **Estudar história: das origens do homem à era digital**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2011.

CAMPOS, Flavio de, CLARO, Regina, DOLHNIKOFF, Miriam. **Jogo da História nos dias de Hoje, 9º ano**. São Paulo: Leya, 2012.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história, 8ª série**. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2005.

COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História, 9º ano: mundo contemporâneo e Brasil República**. Ilustrações das vinhetas Alex Silva; mapas Selma Caparroz. 6.ed. São Paulo: 2009.

COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer história, 9º ano**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila, PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de**

**Saber História, 9º ano.** São Paulo: FTD, 2009.

DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila, PELLEGRINI, Marco César. **Vontadede Saber História, 9º ano.** 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

DREGUER, Ricardo, TOLEDO, Eliete. **História: conceitos e procedimentos, 8ª série.** Cartografia Mário Yoshida. 1.ed. São Paulo: Atual, 2006.

DREGUER, Ricardo, TOLEDO, Eliete. **Novo História: conceitos e procedimentos, 9º ano.** Cartografia Mário Yoshida. 2. ed. São Paulo: Atual, 2009.

FIGUEIRA, Divalte Garcia, VARGAS, João Tristan. **Para entender a história, 9º ano.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEMI, Ana Lúcia Lana, REIS, Anderson Roberti dos. **Para viver juntos: história, 9º ano: ensino fundamental.** 3.ed. São Paulo: edições SM, 2012.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro de FERRARESI, Carla Miucci, SANTOS, Andrea Paula dos. **História em Projetos. 1.ed.** São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Carneiro de, FERRARESI, Carla Miucci, SANTOS, Andrea Paula dos. **História em Projetos. 2.ed.** São Paulo: Ática, 2009.

PANAZZO, Silvia, VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História: construção das sociedades contemporâneas: projetos de cidadania, 8ª série.** São Paulo: Quinteto Editorial, 2001.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder.** Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (1999). **The Cunning of Cultural Imperialism**. Theory, Culture and Society, vol. 16, nº 1, pp. 41-58.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais/Temas Transversais**. Brasília:

MEC/SEF, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais/História**. Brasília: MEC/SEF,

1998b.

\_\_\_\_\_. **Congresso Nacional. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da disciplina "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2002. Seção 1. p.3. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. **Parecer CP/CNE n.3/2004, de 14 de agosto de 2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Brasília/DF, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**

**na Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: Secad, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos – PNLD 2008.** Brasília: MEC/FNDE, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos – PNLD 2011.** Brasília: MEC/FNDE, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Guia de livros didáticos – PNLD 2014.** Brasília: MEC/FNDE, 2013.

\_\_\_\_\_. **Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2008.** Brasília: MEC/FNDE, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011.** Brasília: MEC/FNDE, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2014.** Brasília: MEC/FNDE, 2013b.

CANDIDO, Antônio, (1964). **A estrutura da escola.** In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. Educação e sociedade. São Paulo: Nacional, p. 107-128.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud. av. vol.5 no.11 São Paulo Jan. /Apr. 1991

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa (Portugal): Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na europa entre os séculos XV e XVIII.** Editora Universidade de Brasília, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda., 1933.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada** / Elio Gaspari. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro** / Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. - Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.** 34. ed. Rio de Janeiro: Ucam, 2001.

HALL, Stuart. **Cultura e representação** / Stuart Hall; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

HANCHARD, Michael. **Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: Exemplos da Interpretação Equivocada.** Versão revisada para *Theory, Culture and Society*, 7 de janeiro de 2002. Tradução de Angela Melim. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002.

**História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC** / org. Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LEITE, José Correia & Cuti (1992). **E disse o Velho Militante José Correia Leite.** São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.

MATTOS, Hebe. **O Ensino de História e a Luta contra a Discriminação Racial no Brasil.** In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 127-136.

MENDES, Breno. **A representância do passado histórico em Paul Ricouer: linguagem, narrativa, verdade.** *Hist. historiogr.* • ouro preto • n. 19 • dezembro • 2015 • p.88-106 • doi: 10.15848/hh.v0i19.912. *Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres* / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. **Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda**

Reflexões sobre a presença do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo (1970-2000) em livros didáticos (2008, 2011 e 2014)

**metade do século XIX.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

MOGILKA, Maurício. **O que é educação democrática? – Contribuições para uma questão sempre atual.** /Maurício Mogilka. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. **Livro didático, Educação e RelaçõesÉtnico-raciais: o estado da arte.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95,maio/jun. 2018

NAKED, Rafaela Capelossa. **Identidades em diáspora: O movimento black no Brasil.** Revista Desenredos, Teresina, PI, ano IV, n.12, jan./fev./mar. 2012.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. **O genocídio do negro brasileiro: processode um racismo mascarado** / Abdias Nascimento. - 1.ed.- São Paulo: Perspectivas, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. **À sombra de um mestre: Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha.** História [online]. 2010, vol.29, n.1, pp.254-277.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)** / AmilcarAraujo Pereira. – 2010.

\_\_\_\_\_. **O mundo negro: relações raciais e a constituição domovimento negro contemporâneo no Brasil.** / AmilcarAraujo Pereira. - Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, MariaAdélia. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetóriade pesquisa. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar.** Revista Brasileira de Educação.Set /Out /Nov /Dez 2004.

Vitor Emanuel Maia Ferreira

**Políticas da diversidade: (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica** / organizadoras Denise Fagundes Jardim [e] Laura Cecília López. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Alexandre Reis. **Do Encontro das Águas ao Atlântico Negro: organização, difusão de frames e os limites do ativismo transnacional no movimento negro brasileiro**/ Alexandre Reis Rosa. 2011.

ROZA, Luciano Magela. **A história afro-brasileira pós-abolição em livros didáticos**. Tese de doutorado, Belo Horizonte, 2014.

\_\_\_\_\_. **Abordagens do Racismo em Livros Didáticos de História (2008-2011)**. Educ. Real. vol.42 no.1 Porto Alegre jan./mar. 2017

ROZA, Luciano Magela. **Entre sons e silêncios: apropriações da música no livro didático no ensino de História afro-brasileira**. Dissertação de Mestrado, pela UFMG, 2009.

SANTOS, Joel Rufino. **“Movimento negro e crise brasileira”, Atrás do muro danoite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p.157.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993**. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.